



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

CULTURA



cinemateca  
portuguesa  
MUSEU DO CINEMA, I.P.

**CINEMATECA PORTUGUESA  
MUSEU DO CINEMA, I.P.**

# **Plano de Atividades**

## **2018**

## Índice

Índice.....	1
Lista de Siglas e Acrónimos .....	2
I. Nota Introdutória .....	3
I.1. Missão .....	3
I.2. Valores .....	3
I.3. Atribuições.....	3
I.4. Estrutura Orgânica e Funcional .....	4
II. Áreas de Atuação: Contexto .....	5
III. Objetivos.....	10
III.1. Objetivos estratégicos .....	11
III.1. Objetivos operacionais.....	11
IV. Atividades.....	12
IV. Recursos .....	19
V. Ações a desenvolver para aumentar a receita própria e comunitária.....	23
VI. Conclusões.....	24

## Lista de Siglas e Acrónimos

ANIM	Departamento de Arquivo Nacional das Imagens em Movimento
CDI	Centro de Documentação e Informação
CJ	Cinemateca Júnior
DCDM	Digital Cinema Distribution Master
DCP	Digital Cinema Package
DDEP	Departamento de Divulgação e Exposição Permanente
DG	Divisão de Gestão
DIR	Direção da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema
GRP	Gabinete de Relações Públicas
INF	Sector de Informática
LTO	Linear Tape-Open
OE	Objetivo Estratégico
OF	Orçamento de Funcionamento
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RG-OE	Receitas Gerais do Orçamento de Estado
RP	Receitas Próprias
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SIAG-AP	Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública
UO	Unidade Orgânica



## I. Nota Introdutória

Este documento apresenta o Plano de Atividades para o ano de 2018 da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I.P., adiante Cinemateca, procurando expressar a sua ação no âmbito das responsabilidades e das competências que lhe estão cometidas nos respetivos estatutos e demais legislação complementar.

### I.1. Missão

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, que aprovou a regulamentação orgânica e funcional da Cinemateca, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 59/2010, de 7 de junho, ambos repristinados pelo artigo 259º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015), esta tem por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

### I.2. Valores

Na prossecução dos seus objetivos, a Cinemateca orienta as suas atividades e constrói a sua cultura organizacional com base nos seguintes valores:

- Respeito pelo património em acervo, pelos seus doadores e depositantes e pelos seus utilizadores;
- Primado do serviço público, considerando os direitos dos cidadãos à fruição cultural e ao acesso à informação;
- Excelência técnica em todos os procedimentos relativos à salvaguarda e comunicação do património cinematográfico, museográfico e biblio-iconográfico.

### I.3. Atribuições

São atribuições da Cinemateca:

- a) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e quaisquer outras imagens em movimento de produção portuguesa ou equiparada, independentemente da forma de aquisição, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, no interesse da salvaguarda do património artístico e histórico português;
- b) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e outras imagens em movimento de produção internacional, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, selecionadas segundo a sua importância como obras de arte, documentos históricos ou de interesse científico, técnico ou didático;

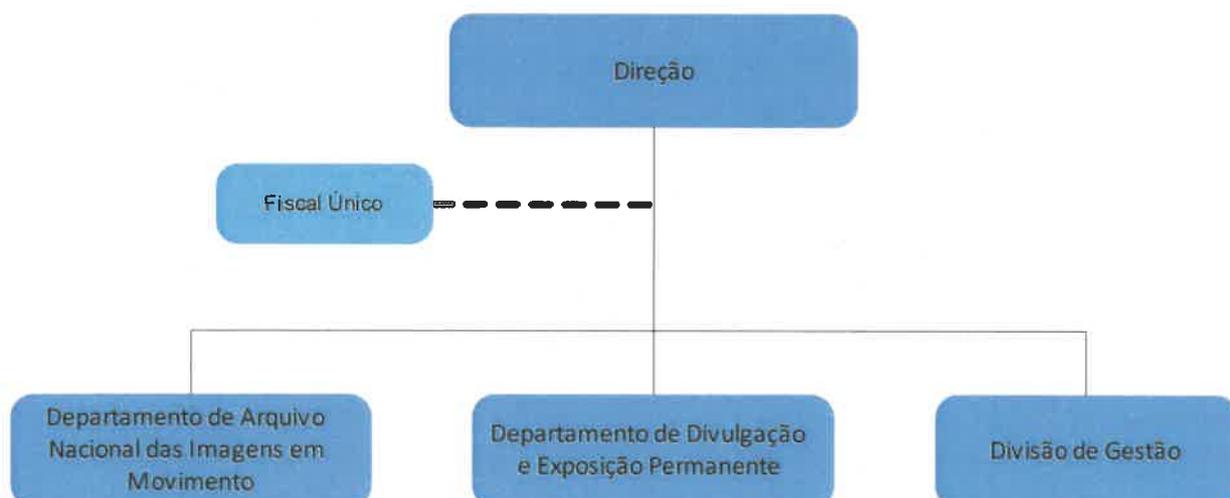


- c) Promover a exibição regular de obras da sua coleção ou de outras com as mesmas características que lhe sejam temporariamente cedidas por terceiros;
- d) Promover a componente museográfica do património fílmico e audiovisual;
- e) Estabelecer protocolos de colaboração e apoio, bem como contratos de prestação de serviços com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, no âmbito da museologia cinematográfica;
- f) Promover a sua filiação em entidades internacionais que se proponham a defesa dos arquivos e museus cinematográficos;
- g) Promover a exposição e o acesso público à sua coleção para fins de divulgação, estudo e investigação, sem prejuízo dos objetivos de preservação do património, dos direitos dos depositantes e da legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos em vigor;
- h) Promover a investigação, a formação, a edição e a publicação de obras relacionadas com a história, estética e técnica cinematográficas;
- i) Incentivar a difusão e promoção não comercial do cinema e do audiovisual, nomeadamente através do apoio às atividades dos cineclubes e aos festivais de cinema e vídeo.

#### I.4. Estrutura Orgânica e Funcional

Conforme definido na Portaria n.º 374/2007, de 30 de Março (Estatutos), a sua estrutura orgânica é a apresentada na Figura 1:

Figura 1. Organograma da Cinemateca





## II. Áreas de Atuação: Contexto

O ano de 2018 será um ano em que a Cinemateca irá continuar a implementar o Plano Estratégico desenhado e divulgado pela sua atual Direção no final de 2014.

Desde esse outro ano, temos vindo a implementar progressivamente as medidas previstas neste plano, procurando, tanto quanto possível, que a generalidade delas tenha aplicação no âmbito de atuação do atual mandato.

Estas medidas visam dotar o organismo de capacidade de resposta a novos contextos de funcionamento, em particular aqueles que têm a ver com as grandes transformações na cadeia de produção e circulação das imagens em movimento e com as novas relações com o cinema estabelecidas por grupos etários onde se joga decisivamente o nosso papel de formação de públicos.

Em seguida, referimos as prioridades da nossa atuação no ano de 2018 dentro de cada um dos capítulos principais desse Plano Estratégico:

### II.1. A Cinemateca, o museu e a descentralização

Com a atual conversão do mercado cinematográfico ao suporte digital, e assumindo o princípio identitário segundo o qual o museu deve conservar e divulgar (nas nossas instalações e na rede de museus de cinema) as obras cinematográficas nos seus suportes originais, a Cinemateca continuará a desenvolver uma ação múltipla e complementar, o que hoje em dia significa trabalhar paralelamente com a película e com o suporte digital. Por um lado, manteremos as vertentes de conservação, restauro e exibição em película do acervo patrimonial produzido originalmente em película; por outro, continuaremos a implementar gradualmente o arquivo digital, seja para as obras produzidas nessa tecnologia seja como plataforma de divulgação ampla e descentralizada do próprio património analógico. A velocidade desta implementação está contudo muito condicionada pelos meios disponibilizados ano após ano (meios humanos e financeiros), sendo, até pelo facto de se somar às áreas de investimento tradicionais, uma das mais afetadas pelos constrangimentos orçamentais da Cinemateca.

De acordo com isto, em 2018, para além da manutenção plena da atividade do arquivo analógico, manteremos o mesmo nível de oferta de exibição museológica obedecendo, tanto quanto for possível, ao princípio da consentaneidade tecnológica (a programação nas nossas salas, em Lisboa, tanto em película como em suporte digital) e continuaremos a dar algum incremento (dentro das grandes limitações financeiras que continuam a persistir) à atividade de conservação e divulgação do património digital, nisso incluindo a preparação (ainda embrionária) de um “workflow” de arquivo digital (tal como adiante se descreve), a migração de várias componentes do cinema português para suportes digitais (referimo-nos a componentes de cinema produzidos em película cinematográfica ou nos diversos formatos vídeo), a edição DVD e a colaboração externa nessa tecnologia, e cujos “primeiros passos” foram dados nos últimos anos.



No que diz respeito à desejada “rede patrimonial” no território português em suporte digital de alta definição (por diferenciação em relação à rede museológica internacional), o objetivo estabelecido para o ano de 2018 (que não foi possível concretizar em anos anteriores), volta a ser o da criação das bases de uma rede de exibição embrionária que, uma vez iniciada, possa ser sustentável e possa ter condições de desenvolvimento a médio e longo prazo. No curso da sua elaboração, este plano envolve uma componente de levantamento de dados relativos às salas existentes no território potencialmente abarcáveis (registo de salas, equipamento, contexto institucional e meios humanos de programação), o desenvolvimento de um processo tendente à seleção das salas a integrar em diferentes etapas, a criação de uma mínima estrutura dedicada à logística da circulação do património português, e, *last but not the least*, um avanço significativo no plano de digitalização do património cinematográfico português em alta definição. Esta última componente é referida no ponto seguinte; quanto às anteriores, o lançamento efetivo do plano para além da sua enunciação programática pressupõe uma mínima dotação orçamental específica que, no quadro atual de financiamento, se revela muito difícil. Mesmo assim, a Direção velará para que este projeto estruturante dê os seus primeiros passos e seja tido em conta nos contactos externos que vão sendo desenvolvidos, funcionando como guia orientador nas ações de curto prazo, procurando também nesta fase inicial buscar fontes de financiamento alternativas através de candidaturas a projetos financiados.

## II. 2. Plano de digitalização do cinema português

Para a implantação desta rede patrimonial baseada na tecnologia digital de alta definição, e ainda por muitas outras razões que se prendem doravante com o serviço externo prestado pela Cinemateca enquanto arquivo nacional, mantemos como projeto estruturante fundamental o plano de digitalização do cinema português, que, a prazo, consiste na produção de matrizes de alta definição dos títulos conservados e preservados. Considerando porém como incontornável que um tal plano seja posto em prática de forma integrada pelos diversos agentes do cinema português, e considerando que, para que isto seja viável, será preciso começar pela articulação entre os dois organismos do Estado com intervenção no cinema (ICA e Cinemateca, que, em conjunto, deverão ditar as regras, os possíveis apoios e os limites da intervenção do Estado para esse efeito), continuamos a tentar que, antes de tudo o mais, este assunto seja equacionado em concertação entre estes dois organismos, levando à elaboração de um verdadeiro plano nacional, quantificado e calendarizado.

Entretanto, pela sua parte e com os meios próprios de que dispõe, e continuando a prática desenvolvida já desde 2016, a Cinemateca prosseguirá a produção de matrizes digitais de alta definição de alguns filmes do património nacional, nas seguintes vertentes:

- ♦ digitalização 4K no scanner instalado no ANIM pertencente ao laboratório americano CINERIC, mediante utilização da quota cedida por este laboratório ao abrigo do protocolo de instalação (doze longas metragens por ano) e, na muito limitada escala permitida pelo orçamento atual, encomenda de alguns serviços de pós-produção e/ou restauro digital (NOTA: na maior parte destes casos, a produção de uma matriz não significa porém o termo do processo de digitalização, incluindo etalonagem e restauro digital, e este processo poderá não ficar



concluído no ano em causa, uma vez que pressupõe a aquisição de outros serviços externos para os quais a Cinemateca não tem equipamento e meios humanos próprios e dotação orçamental suficiente.);

- ◆ digitalização ultra HD no scanner adquirido pela Cinemateca destinado a trabalhos a partir de materiais filmicos em muito bom estado (cópias e intermédios);
- ◆ digitalização em 2K de materiais filmicos de formatos reduzidos (no scanner especializado adquirido para o efeito), onde estão a ser executados trabalhos para fins internos e destinados a depositantes de obras nestes formatos, incluindo coleções particulares de “cinema amador”.

No seu conjunto, esta atividade da Cinemateca, que atingirá potencialmente muito poucos títulos - em princípio, menos de duas dezenas quanto à digitalização de longas-metragens carenciadas de correção e restauro -, mesmo se permitirá desbloquear alguns projetos de colaboração externa urgentes que pressupõem a digitalização, não irá contudo alterar o panorama macroscópico da digitalização do cinema português, no qual só o universo de longas-metragens ronda um milhar de títulos. (No ritmo atual, sem um plano macroscópico envolvendo meios e entidades várias, este universo só estaria digitalizado daqui a meio século, o que implicaria a “invisibilidade” prolongadíssima de grande parte dos títulos fora do espaço museológico e a obsolescência dos meios aplicados no decurso da operação.)

Por outro lado, todo este novo património digital, incluindo o já nascido digitalmente e o que vai sendo digitalizado, exige, como antes lembrámos, que no Departamento ANIM seja implantado um Arquivo Digital, complementar do Arquivo Fílmico analógico existente, que permita assegurar as missões a que a Cinemateca está estatutariamente obrigada também para esta nova componente do acervo.

Deste modo, e se o orçamento o permitir, em 2018 prevê-se avançar com alguns investimentos em estruturas e equipamento nesta área, procurando-se reforçar a equipa com alguns postos de trabalho que permitam inaugurar novas vertentes e reforçar outras já existentes. Esta dimensão de investimento (*one-off*) não poderá contudo deixar de ser depois completada com um esforço de manutenção a jusante, nisso incluindo infra-estrutura IT, armazenamento, Recursos Humanos, upgrades e migrações periódicas, tal como já sucede com o trabalho de conservação e preservação fotoquímica.

### II. 3. Acesso *online* a património cinematográfico preservado e a “Cinemateca Digital”

Um dos caminhos de acesso a património cinematográfico português preservado é, já hoje, a secção “Cinemateca Digital” do nosso sítio Web, onde são disponibilizados, exclusivamente para visualização *online*, um conjunto de filmes previamente conservados e preservados – uma oferta a manter e, dentro das suas condições próprias, a incrementar.

O projeto “Cinemateca Digital” nasceu em 2011 da participação portuguesa no projeto *European Film Gateway*, um consórcio constituído por dezasseis cinematecas e arquivos fílmicos europeus e seis



entidades fornecedoras de serviços tecnológicos, que funciona como agregador sectorial para o portal Europeia.

Na seleção das obras que foram fornecidas no âmbito desse projeto, a Cinemateca adotou como critério o tema da produção portuguesa de não-ficção do período 1896-1931, consubstanciado nas representações digitais dos filmes desse período até então preservados.

Desde essa altura, a lista de títulos e o universo selecionado têm vindo a alargar-se continuamente, mantendo-se, no entanto, a escolha de obras que se encontram conservadas e preservadas em filme e cujas autorizações de publicação em linha tenham sido previamente asseguradas. Atualmente encontram-se disponíveis mais de 500 filmes nesta plataforma, correspondendo a mais de 7.000 minutos (mais de 116 horas disponíveis on line). Deste número de filmes, do universo da não ficção, sobretudo produzidos na primeira metade do século passado, existem imagens de todos os distritos do país, incluindo imagens filmadas em todas as ilhas dos Açores e da Madeira, estando já representados na Cinemateca Digital 151 concelhos de Portugal, em pelo menos um dos filmes disponibilizados nesta plataforma.

Em 2018, o objetivo é incrementar o número de filmes disponíveis, avançando-se com a inclusão de filmes de décadas posteriores aos inseridos e, paralelamente, alargando (sobretudo no que diz respeito ao universo das imagens documentais) o âmbito geográfico já incluído, enquanto forma de representação do território e da história e da cultura das várias regiões portuguesas. E, ao mesmo tempo, procurar, através de parcerias estratégicas, divulgar esta plataforma de conhecimento que ainda se encontra relativamente pouco conhecida pelo público em geral (incluindo o universo de investigadores de imagens em movimento para quem esta plataforma deverá ser uma ferramenta de consulta essencial). Algumas das iniciativas que se encontram previstas para 2018 incluem sessões itinerantes de formação, por exemplo nas universidades e centros de investigação, fazendo demonstrações das potencialidades que a Cinemateca Digital apresenta como ferramenta de pesquisa e investigação. E, paralelamente, ainda em 2018, perspectiva-se melhorar a própria plataforma de acesso. Em concreto, irão ser melhorados aspetos ligados à sua visualização e à otimização dos campos de pesquisa, através de uma maior amplitude de dados ali inseridos.

## II. 4. Laboratório de restauro analógico e digital

A par da implantação progressiva de novas estruturas de verdadeira preservação digital, a manutenção do laboratório de restauro nas suas duas vertentes – analógica e digital – constitui hoje em dia um dos maiores alvos do esforço da atual direção da Cinemateca no que diz respeito a toda a área de infraestruturas arquivísticas. Sendo indispensável (sob pena de termos de voltar a depender de entidades estrangeiras, que, elas mesmas, rareiam cada vez mais neste setor, e cujas condições não nos permitiriam sequer fazer uma pequena parte do que apesar de tudo estamos a fazer), o laboratório é hoje uma estrutura instável e fragilizada pelos limites administrativos e de contratação (neste caso *não* por questões financeiras, uma vez que se trata comprovadamente de uma das áreas com potencial de prestação de serviços onerosos a nível internacional). Aqui, o objetivo de produção a atingir não pode deixar de ser modesto face ao potencial efetivo, sendo a simples sobrevivência um objetivo importante em si mesmo. Esta sobrevivência é, aliás,



essencial para a continuação da preservação do cinema português, um dos pilares da missão estatutária da Cinemateca.

Quanto à componente digital do laboratório, sendo para já assente num parque de equipamento básico em que se inclui o *scanner* pertencente ao laboratório CINERIC e dois outros *scanners* (acima referidos), o seu desenvolvimento é ainda limitado, trabalhando-se, também aqui, a um nível programático, de planeamento e de formação, através do qual procuramos ir erguendo as bases de uma cadeia de funcionamento futura, com perspetivas de crescimento (de equipamento, mas sobretudo de meios humanos).

## II. 5. Atividade exibidora. Grelha de programação

Em 2018, a grelha de programação que foi iniciada em 2014 será mantida como conceito orientador da programação mensal. Todas as rubricas entretanto criadas com base neste novo conceito e que foram mantidas em 2017 serão mantidas em 2018, assim como a estrutura básica desta atividade. Assim, será continuada a organização de dois ciclos principais estruturantes em cada mês, sendo sempre um deles mais respeitante ao cinema clássico e outro mais dedicado ao cinema moderno (na aceção corrente dos movimentos iniciados na década de sessenta do século XX) e (ou) ao cinema contemporâneo. Dentro destes ciclos estruturantes haverá também alguns ciclos temáticos (que incluirão essas etapas históricas) e ciclos dedicados ao universo do cinema português. Manter-se-ão as rubricas Histórias do Cinema, História Permanente do Cinema Português, Imagem por Imagem (Cinema de Animação) e *Double-Bill*. A rubrica “Realizador Convidado” será retomada em função de contextos e possibilidades específicas. É inaugurada a rubrica mensal “Inadjectivável”, em que, uma vez por mês, será exibido um grande clássico do cinema mundial, independentemente de escolas, períodos ou géneros. Manter-se-ão igualmente as colaborações com entidades externas, com destaque para festivais de cinema e festas nacionais que têm vindo a ser alvo de parcerias ao longo dos últimos anos.

## II. 6. Cinemateca Júnior

Mais uma vez sob apertados limites ditados pelas condições orçamentais, logísticas e de meios humanos (trata-se de toda uma área estruturante assente no trabalho de uma equipa reduzida a dois elementos apenas), será mantida a oferta de serviço da Cinemateca Júnior.

O objetivo central passará pela manutenção da oferta em níveis genericamente equivalentes aos atingidos nos últimos anos.

E, tal como se tem sucedido nos últimos anos, será também através deste o serviço que a Cinemateca participará de uma forma mais ativa com o Plano Nacional de Cinema, projeto em que a Cinemateca participa desde a sua criação.



## II. 7. Edição bibliográfica e DVD

Em 2018 voltaremos a concentrar o esforço editorial no universo do cinema nacional, estando previstas edições bibliográficas complementares de ciclos, o arranque da publicação dos “Escritos de Cinema” de João Bénard da Costa e novas edições DVD (autónomas e em parceria, como se poderá ver mais à frente no ponto das atividades).

## II. 8. Associação Amigos da Cinemateca

Embora se trate de um projeto autónomo face à estrutura interna da Cinemateca, a levar a cabo por uma equipa de utentes regulares, a fase inicial de implementação requer naturalmente uma disponibilidade da própria equipa da casa, e em particular da sua direção, que está ainda a condicionar o calendário de todo o projeto. Neste sentido, prevê-se que a Associação Amigos da Cinemateca venha a ter o seu arranque efetivo em 2018, em função das condições internas para a acolher.

## II. 9. Projetos de Modernização e Capacitação

Tendo em conta o atraso de resposta positiva ao nosso pedido de desativação de verbas do orçamento de despesa, que serão essenciais para se fazer face à componente de investimento suportada pela Cinemateca, todo o planeamento feito para a execução em 2017, ainda que de forma parcial, dos dois projetos aprovados no âmbito do Programa SAMA - Apoio à modernização e capacitação da Administração Pública não foi respeitado, tendo sido reprogramado para 2018.

Com efeito, o projeto **CINEM@TIC – Sistema de Informação da CP-MC** e o projeto **PAR – Portal Arquivo da RTP** (componente de instalação das estantes compactas para os novos depósitos do ANIM, neste caso através de candidatura apresentada em regime de consórcio RTP/Cinemateca) terão grande parte da sua execução em 2018, agora que foi desbloqueada a solução financeira que permite avançar com a parte financiada pela Cinemateca sem colocar em causa a atividade anual da instituição.

Por fim, e tendo recebido em 2017 a boa notícia da aprovação de mais um projeto financiado em que a Cinemateca é participante, o projeto **CHIC - Cooperative Holistic view on Internet and Content**, um projeto mobilizador aprovado pela ANI e em que um dos pilotos consiste na criação para o Plano Nacional de Cinema (PNC) de uma plataforma de acesso a filmes através de cópias digitais em alta definição e que seja acedida pelas escolas daquele plano, alguma parte deste projeto será executada durante o ano de 2018. Este projecto visa, não só o desenho desta plataforma, como também a definição de formatos e, ainda, a digitalização de mais alguns filmes para alimentar o PNC.

### III. Objetivos

Importa apresentar neste Plano os objetivos estratégicos e operacionais propostos para o período em causa.

#### III. 1. Objetivos estratégicos

De acordo com a missão, visão e valores da Cinemateca, foram definidos e aprovados pela Tutela os Objetivos Estratégicos (OE) apresentados no ponto 1 do presente capítulo – cuja continuidade se visa assegurar através das atividades apresentadas no ponto 2.

Os OE irão orientar a ação da Cinemateca em 2018 no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do organismo.

**OE1.** Promover o conhecimento da história do cinema.

**OE2.** Salvar e valorizar o património cinematográfico em acervo.

**OE3.** Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica.

Apresenta-se na figura abaixo o alinhamento dos objetivos estratégicos com a missão da Cinemateca.



Figura 2. Alinhamento dos objetivos da Cinemateca para 2018

#### III. 2. Objetivos operacionais



- OO1 - Promover o acesso público ao património cinematográfico;
- OO2 - Preservar, restaurar e digitalizar obras cinematográficas;
- OO3 - Descrever obras do património cinematográfico em arquivo;
- OO4 - Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica através de atividades de iniciação ao cinema, de extensão cultural e edição

## IV. Atividades

Nas atividades referenciam-se toda a atuação corrente da Cinemateca que, cumulativamente, expressam e concretizam a missão e atribuições do organismo.

As áreas operacionais da Cinemateca, sob a orientação estratégica da Direção, compreendem o Departamento Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) e o Departamento de Divulgação e Exposição Permanente (DDEP), contendo este as subunidades Centro de Documentação e Informação (CDI), Cinemateca Júnior (CJ) e Gabinete de Relações Públicas (GRP).

Para apoio às áreas operacionais existe uma unidade orgânica instrumental, de apoio à gestão, designada Divisão de Gestão (DG).

Apresentam-se neste capítulo as atividades e respetivas ações previstas para 2018 agrupadas por áreas de intervenção decorrentes, naturalmente, das atribuições da Cinemateca, identificando-se em cada uma delas as unidades orgânicas envolvidas na sua concretização e relacionando-as com os objetivos estratégicos propostos (enquadramento QUAR).

ATIVIDADES	Ações	UO	OE
<b>SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CINEMATOGRAFICO</b>	⇒ Prospetar, adquirir e receber em depósito materiais fílmicos e museográficos para a constituição de uma coleção de cópias de referência das cinematografias nacional e estrangeiras (em qualquer suporte e de qualquer época, formato, género, regime de produção ou proveniência). Em 2018 será dada uma especial ênfase à prospeção do património cinematográfico português produzido digitalmente, com vista ao seu depósito e à sua preservação.	ANIM	OO2 OO3 OE2
	⇒ Preservar e restaurar obras do património cinematográfico nacional, mediante tiragem de novas matrizes e cópias em película, ou mediante trabalhos de digitalização com algum tratamento digital de imagem e som, com recurso ao Laboratório do Departamento ANIM, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Continuação da preservação de obras dos diversos períodos do cinema português;</li> <li>○ Preservação de curtas-metragens documentais do acervo da Cinemateca cuja salvaguarda é objeto de</li> </ul>	ANIM	OO2 OE2



	<p>protocolos com entidades externas cofinanciadoras dos trabalhos envolvidos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Preservação/restauro de obras estrangeiras ao abrigo de protocolos com entidades externas e com arrecadação de receitas através destes serviços;</li> <li>○ Digitalização, através de processo de <i>scanning</i> 2K, Ultra HD e 4K, de longas-metragens do cinema português, prosseguindo com o restauro digital de algumas delas, incluindo a produção de novas cópias DCP;</li> <li>○ Produção dos trabalhos laboratoriais correspondentes a aproximadamente <b>62.000</b> metros de novos materiais filmicos;</li> <li>○ Produção de novas matrizes e cópias digitais correspondentes a aproximadamente <b>2.500</b> minutos de filmes produzidos originalmente em película;</li> <li>○ Continuação da preservação digital através da migração das novas obras em formato DCDM, DCP para o formato de preservação LTO e servidores.</li> </ul>		
⇒	Alargar as metodologias de restauro às novas tecnologias digitais, quer através do funcionamento da nova estrutura de digitalização recém-criada em parceria com o laboratório norte-americano Cineric, quer através de nova pequena estrutura interna.	ANIM	002 OE2
⇒	Identificar, inspecionar, revisar e efetuar o controlo de qualidade em projeção dos acervos depositados e /ou dos novos materiais resultantes de operações de preservação e restauro.	ANIM	003 OE2
⇒	Prospetar, selecionar e adquirir, corrente e retrospectivamente, documentação biblio-iconográfica (imagem fixa) relacionada com as imagens em movimento, em forma de monografias, publicações periódicas, programas, recortes de imprensa, guiões, material publicitário, cartazes, fotografias e desenhos, tanto em suporte papel como digital.	CDI	003 OE2
⇒	Proceder à recolha de informação relativa à exibição cinematográfica em Portugal.	CDI	003 OE2
⇒	Conservar as coleções biblio-iconográficas existentes mediante encadernação e acondicionamento apropriado.	CDI	003 OE2
⇒	Proceder à reprodução digital de documentos para efeitos de acesso e de conservação.	CDI	003 OE2
⇒	Proceder à monitorização e avaliação sistemática do comportamento das coleções biblio-iconográficas (imagem fixa).	CDI	003 OE2



VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EM ACERVO	⇒ Catalogar e descrever (em base de dados interna) os materiais fílmicos e digitais que compõem o acervo das imagens em movimento, integrando dados filmográficos, de materiais, processos de aquisição e situações jurídicas dos materiais e respectivas obras; durante o ano de 2018, pretende-se identificar e inserir na base de existências, <b>2.500</b> materiais fílmicos provenientes de processos de aquisição ainda não trabalhados.	ANIM	OO3 OE2
	⇒ Inventariar e catalogar os objetos e aparelhos de cinema e pré-cinema do acervo da Cinemateca, com registo em base de dados de existências, incluindo o registo fotográfico digital.	ANIM	OO3 OE2
	⇒ Proceder ao tratamento documental especializado da documentação biblio-iconográfica em acervo através das operações de registo, inventariação, catalogação, indexação (análise e descrição de conteúdo) e classificação.	CDI	OO3 OE2
	⇒ Prosseguir a política de promoção de uma nova abordagem da história do cinema (especialmente do cinema português e do cinema em Portugal) mediante parcerias de investigação com investigadores e redes de investigação académicas.	ANIM CDI	OO1 OE1
EXIBIÇÃO, EDIÇÃO E DIVULGAÇÃO	<p>⇒ Programar, organizar e exhibir ciclos temáticos representativos da história do cinema mundial.</p> <p>⇒ <b>Ciclos estruturantes da programação de 2018:</b></p> <p><u>Grandes ciclos temáticos:</u></p> <p>O Medo</p> <p>Cinema e Fotografia</p> <p>Matar ou não matar – nos 150 anos da carta de lei da abolição da pena de morte em Portugal</p> <p><u>Grandes Ciclos de Autor:</u></p> <p>Stan Brakhage</p> <p>Jean-Marie Straub, Danièle Huillet</p> <p><u>Ciclo de retrospectivas “As Cinematecas Hoje”:</u></p> <p>Fondazione Cineteca di Bologna</p> <p>UCLA Film and Television Archive</p> <p>Cinémathèque Suisse</p>	DDEP	OO1 OE1



	<p>Svenska Filminstitutet</p> <p><u>Rubrica "Historias do Cinema":</u></p> <p>Jean-Pierre Verscheure – A história dos formatos</p> <p>Jean-Pierre Verscheure – Uma história do som no cinema</p> <p>Bernard Eisenschitz: O trabalho do realizador.</p> <p><u>Cinema Português:</u></p> <p>António-Pedro Vasconcelos,</p> <p>Manoel de Oliveira</p> <p><u>Colaborações com festivais e festas nacionais:</u></p> <p>Marco Ferreri (com a Festa do Cinema Italiano)</p> <p>Jacques Rozier (com o Indie Lisboa)</p> <p>Luis Ospina (com o DocLisboa)</p> <p>Henri-Georges Clouzot (com a Festa do Cinema Francês)</p> <p><u>No final de 2018:</u></p> <p>Ciclo dedicado aos 70 anos da Cinemateca (1948-2018)</p>		
	<p>⇒ Exibir, no âmbito da programação mensal, novos filmes portugueses em sessões de ante-estreia, bem como filmes restaurados pelo laboratório do Departamento ANIM.</p>	DDEP	OO1 OE1
	<p>⇒ Na sequência do trabalho da Academia (ver <i>Valorização do Património em Acervo</i>) sobre o acervo da Cinemateca Portuguesa, prosseguir a programação de sessões especializadas que permitam divulgar áreas do arquivo menos conhecidas do público e que incluam, para além da projeção de filmes, discussões científicas.</p>	DDEP	OO1 OE1
	<p>⇒ Incrementar projetos de edição bibliográfica, nos quais será continuada a edição de catálogos de ciclos (em particular na área do cinema português) e novos projetos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ "João Bénard da Costa: escritos sobre cinema" - primeiro volume.</li> <li>○ Catálogo do Ciclo Luís Miguel Cintra.</li> <li>○ Catálogo do ciclo António-Pedro Vasconcelos.</li> <li>○ Edições de compilação de folhas de sala dedicadas às obras de Paulo Rocha e Fernando Lopes.</li> <li>○ Continuação da edição DVD das obras de Paulo Rocha em parceria com a Midas Filmes (A Ilha dos Amores, A Ilha de Moraes, O Desejado).</li> <li>○ Edição DVD autónoma de obras do cinema mudo português (filmes de Reinaldo Ferreira).</li> </ul>	DDEP ANIM GRP CDI	OO1 OE1



	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Edição DVD de alguns clássicos do cinema português dos quais a Cinemateca tem os direitos.</li> <li>○ Edição DVD das imagens de Ruy Cinatti captadas em Timor, em parceria com o Museu Nacional de Etnologia</li> </ul>		
	⇒ Elaborar textos de contextualização dos filmes programados.	DDEP	OO1 OE1
	⇒ Promover as atividades do organismo através da sua divulgação junto das comunidades de utilizadores e do público em geral, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Edição e distribuição do jornal mensal (em papel e online);</li> <li>○ Edição e distribuição de <i>newsletters</i> temáticas (em papel e online).</li> </ul>	DDEP GRP	OO1 OE1
<b>SERVIÇO EDUCATIVO</b>	⇒ Produzir e coordenar programas orientados para públicos infantis e estudantis através de várias ações (visitas guiadas à exposição permanente, sessões de cinema, ateliers temáticos e espetáculos) no espaço da Cinemateca Júnior – dando a conhecer a história do cinema e do pré-cinema ao público infantil e pré-adolescente de escolas públicas e privadas, ensino especial, escolas profissionais, juntas de freguesias e outras instituições.	CJ	OO4 OE3
	⇒ Produzir materiais de apoio para formadores de públicos infantis e juvenis.	CJ	OO4 OE3
	⇒ Estabelecer parcerias com outras instituições com vista à angariação de novos públicos.	CJ	OO4 OE3
	⇒ Estabelecer parcerias com outras instituições com vista à apresentação de sessões de cinema e espetáculos de pré-cinema.	CJ	OO4 OE3
	⇒ Participar na operacionalização do Plano Nacional de Cinema, em conjunto com o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e sob coordenação da Direção-Geral da Educação (DGE).	CJ	OO4 OE3
<b>ACESSO E COMUNICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CINEMATOGRAFICO</b>	⇒ Apoiar e gerir os pedidos de acesso ao arquivo de imagens em movimento nos diversos tipos de suporte, incluindo acompanhamento da investigação especializada. No âmbito desta ação, pretende-se, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ A continuação da produção de ficheiros de filmes, com originais em suporte de vídeo ou a partir dos telecinemas produzidos no ANIM ao longo dos anos, com vista a garantir o acesso através de plataforma digital interna já criada no Departamento ANIM.</li> </ul>	ANIM	OO1 OE1



	⇒ Colaborar com agentes culturais e comerciais do audiovisual, mediante cedência de imagens em movimento em suporte cinematográfico ou digital.	ANIM	OO1 OE1
	⇒ Manter a Biblioteca especializada (aberta ao público em geral desde 1958), com a disponibilização de serviços de consulta e leitura, informação à distância e reprodução dos documentos biblio-iconográficos ou de registos e índices da base de dados, em observância dos direitos de autor e conexos.	CDI	OO1 OE1
	⇒ Organizar exposições temporárias com materiais do acervo da Cinemateca ou de organismos congéneres, relacionadas com a história, técnica e estética cinematográficas. Exposições programadas para 2018: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Desenhos de Méliès (continuação);</li> <li>○ 1933, em torno de Gado Bravo (prod. H. da Costa) e A Canção de Lisboa (prod. Tobis Portuguesa);</li> <li>○ O Som;</li> <li>○ Exposição externa (proposta ou convite a entidades externas).</li> </ul>	ANIM DDEP CDI	OO1 OE1
	⇒ Difundir o património cinematográfico português preservado através dos novos meios digitais e telemáticos, respeitando sempre os direitos das respectivas obras, para o que concorre, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ A continuação da inserção de filmes na plataforma de acesso em linha existente no sítio da Cinemateca (Cinemateca Digital), procurando incluir na plataforma pelo menos 600 filmes;</li> <li>○ A concepção e divulgação de exposições virtuais da coleção museográfica catalogada.</li> </ul>	ANIM CDI	OO1 OE1
<b>COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	⇒ Manter a filiação na Federação Internacional dos Arquivos de Filmes (FIAF) e participar na sua organização.	DIR	OE1 OE2 OE3
	⇒ Manter a filiação na Associação das Cinematecas Europeias (ACE) e participar no seu encontro anual.	DIR	OE1 OE2 OE3
	⇒ Incrementar o contributo português em projetos internacionais na área do património cinematográfico.	DIR	OE1 OE2 OE3
<b>INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO</b>	⇒ Estimular e apoiar a realização de estudos sobre o património cinematográfico em acervo.	ANIM	OO1



		CDI	OE1
	⇒ Prosseguir o programa de estágios curriculares anual, destinados a estudantes de cinema do nível de licenciatura ou de mestrado (1º ou 2º nível do sistema académico de Bolonha).	ANIM DDEP DG CJ CDI GRP	OE3
	⇒ Apoiar e promover a edição de obras de autores portugueses sobre cinema português.	DDEP CDI	OO4 OE3
	⇒ Apoiar iniciativas e atividades de editores, nomeadamente pela apresentação de sessões de lançamento de livros sobre cinema nas suas atividades de programação regular.	DDEP	OE4 OO3
<b>EXTENSÃO CULTURAL</b>	⇒ Em conjunto com outras instituições ligadas ao cinema, tais como o ICA, Associação de Produtores, operadores de televisão, promover um programa que vise a produção intensiva de novas matrizes digitais resolução 2K, com vista à difusão do cinema português nos diferentes meios de distribuição possíveis (cinemas, auditórios municipais, televisões, etc.).	DIR  ANIM	OO1  OE1
	⇒ Colaborar com outros organismos, nacionais e internacionais, na divulgação do património cinematográfico português, através da cedência de cópias e do fornecimento de documentação de apoio para a sua divulgação.	ANIM  CDI	OO4  OE3
	⇒ Promover a cedência das exposições temporárias do acervo a entidades nacionais e estrangeiras.	CDI	OO4 OE3
<b>GESTÃO DA INFRAESTRUTURA INFORMÁTICA</b>	⇒ Atividades sem resultado próprio na missão da Cinemateca, mas com enorme impacto direto nos resultados de quase todas as suas atividades: incluem a gestão da rede e do parque informático; a gestão de aplicações; a gestão de sistemas.	INF	
<b>APOIO À GESTÃO</b>	⇒ No âmbito da Gestão Financeira e Patrimonial: preparação, execução e controlo dos orçamentos da Cinemateca; planeamento e monitorização da atividade, bem como a prestação de contas no final do ano económico; contabilização das receitas e despesas (através do Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública-SIAG), conservação e manutenção de bens e instalações, gestão das receitas e das despesas – Tesouraria e promoção da instrução dos procedimentos legais com vista à aquisição de bens e serviços. Em 2018 será efetuada a transição para o Sistema De Normalização Contabilística Para Administrações Públicas – SNC, AP e a implementação de um sistema de custeio por atividades.	DG	



	⇒ No âmbito da Gestão de Recursos Humanos: execução dos procedimentos necessários ao nível do recrutamento e seleção de pessoal, gestão de todo o processo de avaliação de trabalhadores, gestão de faltas, férias e licenças, processamento de vencimentos e abonos (através do SIAG), elaboração do balanço social e elaboração do plano de formação.	DG	
	⇒ No âmbito da Gestão Administrativa: coordenação do registo de expedição de correspondência e coordenação das tarefas do pessoal auxiliar.	DG	
	⇒ Sendo uma unidade transversal ao funcionamento de todo o organismo, estão cometidas à DG as despesas decorrentes do pagamento dos vencimentos, bem como todas as demais despesas da atividade corrente da Cinemateca: encargos com as instalações, contratos de manutenção e assistência técnica, encargos com a frota automóvel, equipamento administrativo e sua manutenção, despesas de conservação, etc.	DG	

## V. Recursos

Para assegurar a concretização das atividades apresentadas a Cinemateca conta com um mapa de pessoal com um total de 70 colaboradores, incluindo os órgãos sociais.

Por outro lado, os recursos financeiros da Cinemateca são os seguintes:

**Orçamento de Funcionamento:** para a realização das atividades previstas a Cinemateca prevê suportar na sua totalidade o seu orçamento de funcionamento por receitas próprias, provenientes na sua maioria da cobrança de taxas de exibição, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 227/2006, de 15 de Novembro e transferência do Fundo de Fomento Cultural.

**Orçamento Fundo Cultural:** tal como verificado nos últimos anos, com vista a colmatar a quebra verificada na fonte principal das receitas da Cinemateca, a taxa de exibição, recebida nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 227/2006 de 15 de Novembro, estima-se um reforço orçamental da receita que permita fazer face às atividades regulares da Cinemateca, prevendo-se para 2018 um montante de €1.450.000, superior em €150.000 relativamente a 2017

**Orçamento de projeto:** Este orçamento corresponde a verbas afetas ao projeto Cinem@tic que são originárias do FEDER e do FSE. Faz-se notar que foi entretanto aprovada a reprogramação deste projeto, tendo o seu prazo de execução se estendido para 2019 (01/06/2017 a 31/5/2019). As alterações orçamentais resultantes desta reprogramação foram apresentadas à DGO e deverão ser refletidas no orçamento da Cinemateca. Uma vez que ainda não recebemos a validação da DGO, optámos por apresentar os valores submetidos no projeto de orçamento para 2018. Foi também contratualizado o



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**CULTURA**



**cinemateca  
portuguesa**  
MUSEU DO CINEMA, I.P.

**CINEMATECA PORTUGUESA  
MUSEU DO CINEMA, I.P.**

projeto CHIC, que será cofinanciado pelo FEDER e deverá ter verbas inscritas no orçamento para 2018. Mas também este projeto aguarda validação do termo de aceitação por parte da ANI – Agência Nacional para a Inovação, para poder ser proposta a inclusão das verbas correspondentes no orçamento da Cinemateca.

Apresenta-se no quadro seguinte as verbas a afetar ao Orçamento de Funcionamento e projeto:



Quadro 1 - Orçamento da Receita

CLS. ECONOMICA	Rubricas Orçamentais	Orçamento Inicial		Varição
		2017	2018	%
<b>Orçamento Funcionamento</b>				
		<b>FF 510</b>	<b>FF 513</b>	
04 00 00	Taxas, Multas e outras penalidades	2.125.118,00	2.230.000,00	5%
05 00 00	Rendimentos de Propriedade	8.000,00	10.000,00	20%
06 00 00	Transferências Correntes	1.000,00	0,00	0%
07 00 00	Vendas de bens e Serviços Correntes	280.000,00	405.000,00	31%
08 00 00	Outras Receitas Correntes	20.000,00	5.000,00	-300%
15 00 00	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.000,00	0,00	0%
17 00 00	Operações Extra-orçamentais	384.823,00	384.823,00	0%
		<b>2.819.941,00</b>	<b>3.034.823,00</b>	<b>7%</b>
<b>Formação</b>				
		<b>FF 443</b>		
080209	Segurança Social	2.146,00	0,00	-100%
		<b>2.146,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-100%</b>
<b>Transferência do Fundo Fomento Cultural</b>				
		<b>FF 540</b>	<b>FF 540</b>	
06 00 00	Transferências Correntes	1.300.000,00	1.450.000,00	10%
17 00 00	Operações Extra-orçamentais	1.000,00	1.000,00	0%
		<b>1.301.000,00</b>	<b>1.451.000,00</b>	<b>10%</b>
<b>Projecto: Sistemas de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública</b>				
		<b>FF 361</b>	<b>FF 361</b>	
040199	Taxas, Multas e outras penalidades	44.882,00	37.563,00	-19%
		<b>FF 411</b>	<b>FF 411</b>	
06 09 01	Transferências Correntes - União Europeia	62.501,00	50.692,00	-23%
		<b>FF 441</b>	<b>FF 441</b>	
06 09 01	Transferências Correntes - União Europeia	0,00	6.438,00	100%
		<b>107.383,00</b>	<b>94.693,00</b>	
<b>TOTAL ORÇAMENTADO</b>		<b>4.230.470,00</b>	<b>4.580.516,00</b>	<b>0,08</b>



Quadro 2 – Orçamento de despesa

CLS. ECONOMICA	Rubricas Orçamentais	Orçamento Inicial		Varição
		2017	2018	%
<b>Orçamento Funcionamento</b>				
		<b>FF510</b>	<b>FF513</b>	
01 00 00	Despesas com Pessoal	1.769.041,00	1.819.200,00	3%
02 00 00	Aquisição de Bens e Serviços	549.327,00	714.800,00	23%
04 00 00	Transferências Correntes	3.750,00	3.750,00	0%
06 00 00	Outras Despesas Correntes	113.000,00	112.250,00	-1%
07 00 00	Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0%
12 00 00	Operações Extra-orçamentais	384.823,00	384.823,00	0%
		<b>2.819.941,00</b>	<b>3.034.823,00</b>	<b>7%</b>
<b>Formação</b>				
		<b>FF 443</b>		
02 00 00	Aquisição de Bens e Serviços	2.146,00	0,00	-100%
		<b>2.146,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-100%</b>
<b>Transferência do Fundo Fomento Cultural</b>				
		<b>FF540</b>	<b>FF540</b>	
02 00 00	Aquisição de Bens e Serviços	901.045,00	1.000.617,00	10%
06 00 00	Outras Despesas Correntes	15.000,00	55.000,00	73%
07 00 00	Aquisição de Bens de Capital	383.955,00	394.383,00	3%
12 00 00	Operações Extra-orçamentais	1.000,00	1.000,00	0%
		<b>1.301.000,00</b>	<b>1.451.000,00</b>	<b>10%</b>
<b>Projecto: Sistemas de Apoio A Modernização e Capacitação da Administração Pública</b>				
		<b>FF361</b>	<b>FF361</b>	
01 00 00	Despesas com Pessoal	17.962,00	8.967,00	-100%
02 00 00	Aquisição de Bens e Serviços	26.920,00	25.690,00	-5%
07 00 00	Aquisição de Bens de Capital	0,00	2.906,00	100%
		<b>FF411</b>	<b>FF411</b>	
02 00 00	Aquisição de Bens e Serviços	62.501,00	46.847,00	-33%
07 00 00	Aquisição de Bens de Capital	0,00	3.845,00	100%
			<b>FF441</b>	
02 00 00	Aquisição de Bens e Serviços	0,00	6.438,00	100%
		<b>107.383,00</b>	<b>94.693,00</b>	<b>-13%</b>
<b>TOTAL ORÇAMENTADO</b>		<b>4.230.470,00</b>	<b>4.580.516,00</b>	<b>0,08</b>

As despesas com pessoal representam 43% da despesa total, 41% aquisição de bens e serviços e 9% em aquisição de bens de capital.

## VI. Ações a desenvolver para aumentar a receita própria e comunitária

Nos últimos anos, o orçamento de funcionamento da Cinemateca tem sido suportado quase na íntegra por receitas próprias, com exceção feita aos últimos cinco anos, onde foram incluídas no orçamento de receita verbas provenientes do Fundo de Fomento Cultural, no sentido de colmatar em parte o forte decréscimo do valor da taxa de exibição, provocado pela contração da economia nacional.

E a esta razão acresce o facto da nova taxa aplicada às novas subscrições por cabo, prevista na nova lei do cinema, ter sido totalmente canalizada para o apoio à produção (através do ICA), aumentando com essa decisão a desproporcionalidade existente entre o investimento do Estado afeto à produção e ao património cinematográfico.

E, portanto, face a este atual contexto restritivo, e para além dos esforços desenvolvidos no sentido de aumentar as receitas próprias (em particular no que se refere a mecenatos e a receitas resultantes da atividade do laboratório), a Cinemateca tem procurado ainda participar em projetos com subvenções dinamizados pela União Europeia, por forma a minimizar estas lacunas de foro orçamental, embora sempre de uma forma meramente pontual e casuística.

Em concreto, e tal como já foi referido em pontos anteriores, a Cinemateca candidatou-se ainda em 2015 com dois projetos ao Programa de apoio ao investimento SAMA 2020 – Apoio à modernização e capacitação da Administração Pública, tendo ambos sido aprovados: O novo Sistema de Informação CP-MC e Aquisição e instalação de estantes compactas especializadas nos novos cofres climatizados do ANIM.

Em termos de orçamento, estes apoios concedidos pelo SAMA são parciais, pelo que será necessário um reforço orçamental vindo de outra fonte de financiamento de modo a complementar a execução destes dois projetos.

Como também acima foi referido, pressupunha-se alguma atividade durante 2017 em ambos os projetos, face aos cronogramas aprovados, o que não se confirmou até agora devido à descativação tardia de verbas do orçamento de despesa, necessárias para o financiamento da contrapartida da Cinemateca, tendo sido protelados ambos os cronogramas para fases posteriores. Muitas dessas fases irão ocorrer em 2018, ficando ainda uma última fase relativa ao projeto Cinem@tic para o ano de 2019.

Entretanto, outros projetos cofinanciados, entretanto aprovados, irão ter algum impacto nas atividades e no orçamento de receita de 2018. São exemplos disso o projeto ROSSIO e o projeto CHIC, dois projetos que têm a ver com o acesso via digital por parte da comunidade a informação e a património cinematográfico analógico digitalizado.



Para além disso, e voltando à estrutura de receita da Cinemateca, o recurso às verbas do Fundo de Fomento Cultural, para além de ter um caráter excecional, tem servido apenas para equilibrar o orçamento corrente inerente às atividades regulares necessárias para cumprir a Missão Estatutária da Cinemateca. Não permitindo com esta nova fonte de financiamento a retoma aos grandes investimentos que são necessários a qualquer Cinemateca.

Através da continuação da parceria acima referida com um laboratório norte-americano dos mais reconhecidos a nível mundial no que diz respeito ao restauro digital – o laboratório Cineric – existem algumas perspetivas de crescimento das receitas próprias a partir do laboratório do Departamento ANIM. Contudo, o potencial de receitas deste laboratório, tanto ao nível do restauro digital, como sobretudo ao nível do restauro fotoquímico, pode ser fortemente condicionado pelos fortes constrangimentos na contratação de técnicos para aquele setor do Departamento ANIM, onde um técnico a mais poderá significar a obtenção de receitas adicionais muito superiores ao seu custo adicional.

O incremento à atividade de edição iniciado em 2015 e que se pretende continuar em 2018 (não só de catálogos e livros, mas também de edições DVD), bem como o lançamento de uma linha de artigos de *merchandising*, poderá também proporcionar um acréscimo adicional às receitas próprias.

Por fim, o recurso à venda *online* dos artigos que a Cinemateca pode comercializar, pode também ter um impacto positivo nas receitas próprias da Cinemateca.

## VII. Conclusões

No ano de 2018 continuaremos a implementar progressivamente iniciativas decorrentes do plano estratégico apresentado pela direção.

Porém, tal como referido atrás, esta implementação choca ainda com carências e inadequações estruturais que dificultam o cumprimento do potencial de atividade da Cinemateca no contexto presente.

As carências situam-se no plano orçamental, sobretudo tendo em conta que persiste o decréscimo derivado do menor impacto da taxa de publicidade televisiva somado à não-contemplação radical da Cinemateca na consignação de receita proveniente da taxa de subscrições por cabo. Quanto às inadequações, referem-se ao enquadramento administrativo, hoje em dia claramente limitador do funcionamento do organismo a um nível compatível não só com a sua missão mas também com o seu potencial, nisto incluindo o potencial de arrecadação de receita própria adicional.

A Direção da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema

3 de Outubro de 2017

